

A transdisciplinariedade como alternativa no processo de reintegração social

Gilmara Betini

Suely Zambelli Silva de Souza

Central de Atenção ao Egresso e Família de Presidente Prudente

Resumo: O presente artigo tem como propósito examinar os aspectos sociais e subjetivos dos familiares durante a prisão e dos egressos frente à liberdade. As indagações perpassam desde as dificuldades dos familiares em lidar com essa nova realidade (o indivíduo preso) como pelo processo de “reintegração social” desta pessoa. A tão sonhada liberdade traz em seu bojo a dificuldade de adaptação, os efeitos da prisionalização, a falta de oportunidades de se inserir no mercado de trabalho, o medo da reincidência criminal, o desamparo frente à nova perspectiva social e a angústia ao lidar com o estigma de ex-presidiário. O projeto Mulheres em Superação embasado no referencial teórico metodológico da transdisciplinariedade é apontado como possibilidade de reconstrução de projeto de vida pautado na alteridade, solidariedade e reconciliação.

Palavras-Chave: Egresso; Prisionalização; Reintegração Social; Transdisciplinariedade.

A violência, a superpopulação carcerária e a reincidência criminal tornaram-se um grande desafio para a sociedade contemporânea. De acordo com o último Censo Prisional¹ dos 6,7 mil homens e mulheres que mensalmente deixam as unidades prisionais paulistas, 3,9 mil reincidem. A taxa de reincidência criminal no Estado de São Paulo é de 58%, sendo que a média nacional supera os 70%.

Perante índices tão estrondosos muitos questionamentos emergem e denunciam a falácia do sistema prisional brasileiro. Veicula na mídia elevado número de notícias atinentes à superlotação, rebeliões, fugas, assaltos, sequestros relâmpagos, latrocínios, homicídios entre outros. A sensação de vulnerabilidade à violência toma proporções gigantescas e a população na tentativa de sentir-se mais protegida reage usando cercas elétricas, alarmes, serviços de empresas de segurança privada, residindo em condomínios fechados entre outros. Entretanto, a sensação de proteção ante a violência é prófuga.

Para Sá (2009), o criminoso é um concentrado de todos os males da humanidade, a sociedade tem necessidade urgente de puni-lo severamente, prendê-lo, segregá-lo, pois assim estará punindo o que existe de ruim dentro dela.

Todavia, embora a sociedade utilize a segregação como solução da violência criminal, é incontestável a não eficácia do modelo atual. Foucault (1987) afirma que a prisão e a prisionização mostram-se em sua realidade e em seus efeitos visíveis o grande fracasso da justiça penal.

A cada dia sentimos a violência mais envolta em nosso cotidiano, a vítima pode ser qualquer um de nós, um parente, um amigo, alguém do nosso círculo de relacionamentos. Ficamos aterrorizados perante a esta situação, pois no fundo acreditávamos que estávamos bem protegidos pelos “muros dos condomínios fechado” das nossas mentes.

Por outro lado, há a situação na qual a pessoa que vai presa é um familiar ou conhecido. Então, somos tomados por uma sensação de perplexidade, não sabemos como lidar com essa nova situação, que amedronta, apavora e terrifica.

Os mecanismos que fomentam os paradigmas da bipolaridade (bem-mal), na qual o criminoso é dotado de genes que definem sua personalidade transgressora aos poucos se tornam insustentáveis. A figura do infrator como unicamente responsável pela sua conduta delitiva e estando este trancafiado longe da sociedade estaremos todos seguros não oferece tanto alento como outrora. Tais valores caem por terra quando o caso é em nossa família ou alguém muito próximo.

Na Central de Atenção ao Egresso e Família de Presidente Prudente (órgão da Secretaria da Administração Penitenciária), durante os primeiros atendimentos são comuns nas falas dos familiares expressões do tipo: “eu nunca imaginei que isso pudesse acontecer com a minha família, para mim antes preso era tudo bandido”, “eu preferia ver meu filho morto a ter que passa por isso”, “quando eu passava por um presídio dizia: por mim jogava uma bomba e matava todos”.

Essas comunicações pessoais vislumbram o despreparo de quão distante e alheio às pessoas procuram estar do contexto carcerário. De um modo geral, a sociedade projeta para fora de si tudo que é “ruim”. Entretanto, quando um familiar esta preso não

¹ Fonte: <http://www.estado.com.br/editorias/2008/02/02/edi-1>

há mais como ignorar o que acontece por trás das muralhas dos presídios, é necessário entrar em contato com essa árdua realidade.

Sem ter mais como fugir desses questionamentos e das situações de violência somos obrigados a pensar: Qual a sociedade que queremos? O que temos feito para assegurar o direito à cidadania a todos? Como temos contribuído para um mundo menos violento e excludente?

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem incentivado a implantação de políticas de prevenção ao crime, administração da justiça e promoção dos direitos humanos. Em 1998, O Conselho Econômico Social da ONU produziu um documento (Resolução 23) que trata exclusivamente da população egressa do sistema prisional, denominado “Cooperação Internacional com Vistas à Redução da Superlotação Carcerária e à Promoção de Penas Alternativas”.

O documento traz diretrizes específicas para a redução da população prisional e o incentivo de respostas penais alternativos ao aprisionamento (...) em razão dos elevados custos e comprovada ineficiência do cárcere como instrumentos de ressocialização do apenado (...). (Relatório ILANUD, 2004).

Através da resolução 56/261 (15/04/2002) a ONU recomendou aos países membros da Declaração de Viena (2000), a promoção de medidas preventivas da reincidência criminal consonante com a participação da sociedade e de “matrizes não prisionais”. Neste sentido, o Brasil vem implantando programas de atenção ao Egresso e de Penas e Medidas Alternativas.

A assistência ao egresso está prevista na Lei de Execução Penal (7.210 de 11/07/84). Durante um longo período essa assistência foi realizada de forma não sistematizada, principalmente por ONGS e entidades religiosas. Através do Decreto 47.930 de 7 de julho de 2003 a SAP (Secretaria da Administração Penitenciária) cria o Departamento de Reintegração Penitenciário, que entre suas atribuições contempla “desenvolver, implantar e coordenar a correta aplicação de política de atenção ao egresso e seus familiares” (item 1 inciso IV), mas foi a partir de 2006 que no Estado de São Paulo começou a configurar-se como uma política pública, implantando em todo o Estado até a presente data 18 Centrais de Atenção ao Egresso (CAE) nas cidades de São Paulo, Araçatuba, Araraquara, Assis, Avaré, Bauru, Birigui, Campinas, Hortolândia, Limeira, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, Santos, São José dos Campos, Sorocaba, Taubaté e Tupã. Em 2007, estendeu-se o atendimento para familiares de presos e a nomenclatura foi modificada para CAEF.

Cada Central de Atenção ao Egresso e Família (CAEF) possui um responsável técnico, assistente social ou psicólogo que conduzem os trabalhos junto aos estagiários, com o compromisso ético político de articular a rede social de apoio, serviços e políticas: visando o fortalecimento da cidadania, da autonomia e da identidade dos usuários. As CAEFs também acolhem e dão suporte aos familiares dos egressos e familiares de presos. Dentro do contexto da CAEF de Pres. Prudente (CAEFPP) o atendimento aos familiares de presos vem crescendo consideravelmente o que nos leva a crer que brevemente poderá ser equiparado, ou mesmo ultrapassado, numericamente os atendimentos dos egressos.

Reintegração social: alternativa de diminuir a distância entre sociedade e cárcere

Ao fazer uma reflexão sobre o sistema prisional e o processo de reintegração social Sá (2005) diz não poder aceitar, sem restrições, os termos “tratamento”, “recuperação”, “reabilitação”, do preso e outros equivalentes, dada à clara conotação do que os mesmos têm e de que a chamada conduta criminosa é expressão de algum desajuste, ou desvio de conduta por parte de seu autor; fazendo supor que é sempre o preso que deve se “modificar”, deve se “adequar”, uma vez ser ele o único responsável pela sua situação de encarcerado.

Barata (1990) propõe o termo reintegração social em oposição aos termos “reabilitação” e “ressocialização” exatamente pela responsabilidade da sociedade neste processo, por subentender que o preso está sendo compreendido como alguém exatamente igual a todos os demais homens livres, deles se diferenciando, unicamente, por sua condição de preso e segregado.

Ainda Barata (1990) destaca que a segregação do preso, geralmente, se dá por ele ter, sofrido, anteriormente, ao longo de sua vida, uma marginalização que ele denomina como primária. Quando preso, passa a sofrer a marginalização secundária. Cabe a sociedade preocupar-se, diretamente, para minorar os efeitos da marginalização secundária, para evitar o retorno do preso à marginalização primária, pois, caso contrário, a marginalização secundária, facilitará o retorno à primária, daí a prática de novos crimes e, por fim, o retorno ao cárcere.

Alguns autores recentes criticam o uso do prefixo “re”, defende a idéia que ao utilizá-lo na palavra integração, cria se uma conotação de que você esta novamente integrando alguém que já pertenceu. Em geral, a grande maioria das pessoas presas já estava excluída da sociedade.

A terminologia atual adotada pela Secretaria da Administração Penitenciária para designar suas ações de inclusão social utiliza o termo Reintegração Social conforme os pressupostos de Alessandro Barata, os quais postulam que as estratégias de reintegração social não devem ter a pretensão de promover, no preso, qualquer tipo de “re-adequação ética”, ou, em termos gerais “re-adequação” de conduta. Não deve ter a pretensão de “conscientizá-lo” sobre seus “erros” do passado. O preso tem que se conscientizar isto sim, daquilo que ele pode acertar, que ele pode fazer, de suas qualidades, do cidadão e da força construtiva que existem dentro dele. Ele tem que se fortalecer perante as restrições e os limites que a realidade lhe impõe.

A Central de Atenção ao Egresso e Família de Presidente Prudente

A Central de Atenção ao Egresso de Presidente Prudente (CAEFPP), órgão da Secretaria Estadual da Administração Penitenciária iniciou suas atividades em janeiro de 2007. Primeiramente realizou-se um diagnóstico sócio-institucional e o levantamento e articulação com a rede de apoio local. Desenvolve as seguintes atividades: Cadastramento/atendimento dos egressos e familiares com identificação de demandas; encaminhamento a rede de apoio (para atendimentos de necessidades básicas, documentação, orientação jurídica, abrigo, passagem, educação, saúde, tratamento de drogadização, etc.); inserção em projetos sociais (bolsa família, Ação Jovem; Renda

cidadã, Pro jovem Urbano, Benefício de Continuação Continuada, etc.); inserções em projetos de geração de renda e capacitação profissional; inserção no mercado de trabalho e atendimento psicológico.

A maior demanda para a CAEFPP no que tange seu público alvo, sem sombra de dúvidas, refere-se à procura pela inclusão no mercado de trabalho e/ou em programas de geração de renda, seguida de necessidades básicas, tratamento para drogadição, orientações jurídicas, pendências intramuros, apoio psicológico, educação, capacitação profissional, entre outros.

A CAEFPP vem se firmando como política pública no município, tanto em relação às respostas às demandas, como na ampliação da rede de apoio, principalmente as relacionadas as rede S (SENAI, SEBRAE, SENAC e SENAT) e entidades que oferecem cursos de geração de renda. Isto tem facilitado, ainda que em pequena escala, a inserção no mercado de trabalho.

Perfil dos Usuários da Central de Atenção ao egresso e Família

A maioria dos egressos cadastrados é do sexo masculino, sendo menos de 10% do sexo feminino; 82,5% encontram-se na faixa etária produtiva; 47,5% trabalhavam informalmente sem qualificação, e 38,5% não trabalhavam no período anterior a prisão. Nível de escolaridade sofrível, sendo que 26,4% não passaram da 4ª série do ensino fundamental, 47,8% possuem o ensino fundamental completo e nenhum egresso chegou ao nível superior de ensino. Originam-se de famílias de baixa renda, inseridas no mercado informal, sendo que a maioria das mães desenvolvia trabalho em atividades autônomas sem qualificação;

Zaffaroni (apud Sá, 2005) considera que as pessoas que caem nas malhas da lei e são atingidas pelas penas nelas previstas não são, em sua grande parte, portadoras de condições psicológicas que etimologicamente se tornam criminosas, mas são justamente pessoas vulneráveis a todo esse processo de criminalização vigente por força do sistema penal.

Os dados acima comprovam que o perfil dos egressos da CAEFPP faz eco às afirmações de Zaffaroni, pois não fugindo do perfil do egresso brasileiro e sobrecarregado pelo estigma de ex-presidiário, traz em seu histórico socioeconômico a marca da exclusão social por excelência.

Como já comentado acima, a demanda mais significativa das CAEFs é por inserção no mercado de trabalho, o que, de certa forma, levou a equipe CAEFPP concentrar todos seus esforços em abrir frentes de trabalhos e inserir os egressos em programas de capacitação profissional e geração de renda. O número de evasão a esses programas causava grande frustração, reforçando o imaginário coletivo e, muitas vezes, da própria família de que o egresso não quer saber de nada.

Como para enfrentar uma determinada realidade não existem respostas prontas e acabadas, e sim caminhos a serem abertos com determinação e coragem, percebeu-se que não bastava conquistar o posto de trabalho, ou a oportunidade de capacitação profissional, que não há inserção sem a reconstrução da identidade e ressignificação de valores.

Na esteira da instabilidade do egresso no mercado de trabalho, nos cursos de capacitação profissional e na angústia das famílias em aceitarem um membro preso, surge o “Projeto Mulheres em Superação”, com proposta de intervenção metodológica embasada na transdisciplinariedade e nos fundamentos teóricos de criminologia de Alessandro Barata, Alvino Augusto de Sá e Raul Zaffaroni.

O “projeto mulheres em superação”

O maior desafio de uma CAEFPP é a inserção do egresso no mercado de trabalho. Várias são as razões dessa dificuldade, entre outras podemos citar: a depressão do mercado; maior oferta de mão de obra do que postos de trabalho; mercado cada vez mais seletivo, exigindo mão de obra especializada; o perfil do egresso: baixo índice de escolaridade e desqualificação profissional; estigma e preconceito.

Na CAEF de Presidente Prudente este desafio assume maiores proporções uma vez que se associa a vocação econômica da região: agropecuária e prestação de serviços, com um parque industrial bastante inexpressível, configurando-se numa das regiões mais pobres do Estado com concentração de renda nas mãos de poucos. Se por um lado a sociedade seleciona e expulsa, do outro o egresso, uma vez conquistado a vaga dificilmente permanece empregado, ou é despedido ou se evade.

No primeiro ano da CAEFPP a equipe técnica vacilava entre a alegria da inserção e a frustração pela demissão, que por vezes chegava a desanimar. Descobrir o que permeava esta instabilidade não foi tarefa fácil. Primeiramente deve-se romper a barreira da prisionalização e do estigma de ex-presidiário pelo fortalecimento da identidade, resgate da auto-estima e cidadania. A citação abaixo ilustra a dificuldade do processo de reintegração por um egresso:

O espaço de tempo em que o indivíduo é preso está grafado em sua mente como seu referencial cultural, histórico e social. No mundo lá fora da prisão, tudo muda e se transforma. A estrutura de suas lembranças, unida ao rico imaginário de quem só pode imaginar, torna-se uma ficção totalmente divorciada da realidade. Quando sai da prisão, possui essa coleção de dados fragmentados e minados pela irrealidade como verdade. E com ela vai enfrentar uma realidade que nada tem a ver com o conteúdo acumulado em anos de prisão. Defasado no tempo e no espaço, terá dificuldades incalculáveis em sua reintegração social. (Mendes, 2009).

A experiência com os entra e sai de uma egressa em frentes de serviços que deixava, cada vez mais, em baixa sua auto-estima, reforçando o discurso de que a sociedade não dá mesma oportunidade e que não resta alternativa se não reincidir, levou a equipe CAEFPP a pensar alguma estratégia com o objetivo de valorizar e proporcionar momentos sócioeducativos às mães, companheiras e filhas de egressos e presos.

O evento ocorreu em maio de 2008, uma tarde de atividades como palestras abordando temas a respeito da saúde da mulher, valorização humana e aula de culinária. Através do retorno positivo do encontro que foi passado por meio de uma avaliação rápida no final do evento e mediante a colocação de algumas das dificuldades enfrentadas pelas famílias, principalmente as relacionadas à depressão, discriminação,

desemprego, drogas e violência doméstica cogitou-se entre a equipe da CAEFPP em desenvolver alguma ação mais duradoura que contemplasse estas demandas.

Assim, a equipe se encorajou em implantar o “Projeto Mulheres em Superação”, cujo desafio principal é a elaboração de um novo projeto de vida, através de ações sócioeducativas e psicossociais; tendo como público alvo mulheres egressas, familiares de presos (mães, esposas e filhas) que sofrem ou já sofreram as consequências da criminalidade e do sistema prisional. A fim de resgatar e garantir os direitos sociais e de cidadania criou-se um espaço de acolhimento e valorização humana, tendo a família e a comunidade como os principais parceiros do desenvolvimento do projeto.

A proposta da CAEFPP insere no contexto de um trabalho psicossocial junto às mulheres, com a intenção de fortalecer a auto-estima e identidade como um caráter promocional de acesso aos bens e serviços. Incluí-las como sujeitas ativas e participantes da sociedade, e através do desenvolvimento do capital social e econômico desse grupo promover auto-sustentabilidade.

Como estratégia de trabalho optou-se pela abordagem coletiva, principalmente porque no trabalho em grupo permite aos participantes redimensionar suas dificuldades ao compartilhar dúvidas, sentimentos e conhecimentos. Também são utilizadas técnicas de dinâmicas de grupo, leituras de textos reflexivos, filmes, oficinas de artesanato entre outras atividades.

Os encontros são semanais tendo duas horas de duração. Esses encontros, os quais denominamos oficinas possuem temáticas diferentes. Os assuntos discutidos e atividades propostas são escolhidos em conjunto com os participantes. No início do ano realiza um levantamento de sugestões de atividades e temas que elas gostariam que fossem abordados nas oficinas.

O Conceito de transdisciplinaridade e o projeto Mulheres em Superação

Segundo Poltosi (2009) o ensino tem em sua essência a organização do conhecimento em forma de disciplinas, onde existem divisas bem delimitadas. Assim, a educação é vista através de um conceito de justaposição de conhecimento, ela é classificada e “estanque”, é o estudo do ponto de vista de múltiplas disciplinas (multidisciplinariedade), impedindo as possibilidades de inter-relacionamento entre elas (interdisciplinariedade).

Na prática profissional, é comum nos depararmos com situações de conflito entre a Psicologia e o Serviço Social nas quais surgem a dúvida a quem pertence “ a fatia do bolo” . É crucial, esclarecer, que em nenhum momento negamos o respeito e a especificidade de cada campo de saber, mas nas nossas atividades cotidianas é muito difícil separar o individuo do coletivo, o egresso da sua família. Para Poltosi (2009), a transdisciplinariedade complementa a aproximação disciplinar, ela faz surgir da confrontação das disciplinas novos dados que se articulam entre si.

Esses pressupostos permitem afirmar que a transdisciplinaridade vai além da interdependência de conhecimento ou nascedouros de conceitos e princípios científicos, pois supõe uma revisão de nossa própria história, nossos valores e de nossa ética, não no

sentido de negá-los, mas de reconhecer-lhes os limites, os questionamentos, a relatividade, no sentido de repensá-los par a par com o contráditório oferecido por outros valores e outras formas de pensar a ética, no sentido de repensá-los à luz de outras histórias, de outras subjetividades (Sá, 2007 p. 186).

A transdisciplinaridade, portanto, torna-se um instrumental precioso para se abordar a questão penitenciária, no que se refere a reintegração social dos que cumprem ou cumpriram pena e a Coordenadoria da Reintegração Social e Cidadania tem um importante papel a cumprir através dos Departamentos: de Atenção ao Egresso e Família, Penas e Medidas Alternativas e Ações de Reintegração Social.

Na CAEFPP o “Projeto Mulheres em SuperAção” caminha na direção da transdisciplinaridade, na medida que nos trabalhos de grupo oportuniza colocar par a par posições contrárias, sem a pressão de reduzi-las a uma síntese, bem como encarar de frente aqueles valores e posicionamentos éticos que contrariam os nossos, e que nos causam insegurança, pois relativizam nossas certezas. (Sá, 2007 p. 180)

Pensar o “Projeto Mulheres em Superação” implica em assumir certos pressupostos, assim as ações do projeto visam, antes de tudo, a promoção da saúde mental e física de suas usuárias. Compreende-se por promoção de saúde o fortalecimento de fatores protetores para evitar ou controlar os riscos, estimular capacidades, o exercício do autocuidado e da ajuda mútua.

O “Projeto Mulheres em Superação” é um espaço no qual busca desenvolver: o **empoderamento** na concepção proposta por VASCONCELOS (2004) aumentar o poder de autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social e a **resiliência**, compreendida como a capacidade de resistir às adversidades e ter força necessária para alcançar saúde mental durante a vida (Trombeta, Guzzo, 2002; Yunes, 2001).

Conclusão

A assistência ao egresso, prevista na Lei de Execução Penal, torna-se condição sine-qua-non para a reintegração social do sujeito posto em liberdade. O alto índice de reincidência da população egressa mostra que uma política destinada a fornecer amparo a esta parcela da população é medida que se insere genericamente na estratégia de prevenção criminal recomendada pela Declaração de Viena (2000) aos países membros da ONU. As recomendações trazem, especificamente, pontos que revelam a posição da ONU sobre a importância de políticas públicas para a população egressa, entre elas, a incorporação dos egressos nas forças produtivas de seus respectivos países como estratégia de reintegração social. (Ilanud, 2004 p. 12)

O índice de reincidência criminal é um problema que deve ser enfrentado de forma inteligente por políticas públicas adequadas, Hoje no estado de São Paulo, conforme dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) a população carcerária é estimada em 145.096 agrupados em cerca de 140 unidades prisionais, mensalmente 6,7 mil egressos retornam a sociedade, levando na bagagem seu histórico prisional, o estigma e a ilusão da liberdade.

A violação dos direitos humanos expressa pela superpopulação carcerária, precariedade das condições de trabalho, ausência de política de ressocialização com resquícios de valorização de políticas repressoras e punitivas fazem com que os efeitos da prisionalização sejam devastadores, não apenas naqueles que cumprem penas, como também para os membros de sua família, que por tabela, cumprem essa via sacra. No sentenciado acarreta uma mortificação do eu, seu estojo de identidade prévia é desestruturado, a pessoa se torna anônima ou passa a ser identificado por um número.

O retorno ao mundo é tão problemático quanto o período de prisão. Ter vivido no cárcere torna uma marca estigmatizante que dificulta uma nova inserção, principalmente pelo descompasso que se criou entre o egresso e todos os componentes de sua vida. A família constitui peça fundamental neste processo de reintegração social, daí ser o público alvo do Projeto Mulheres em Superação.

Reconstruir um projeto de vida pautado no fortalecimento da auto-estima e identidade como caráter promocional de autonomia e acesso aos bens e serviços e incluí-las como sujeitas ativas e participantes da sociedade tem sido o grande desafio do Projeto. A transdisciplinariedade permite alargar as fronteiras, ou, ultrapassar as fronteiras impostas pelas disciplinas, visando um alargamento da compreensão da realidade, (...). (Sá, 2007, p. 185).

Em nossa experiência profissional pudemos concluir que não basta apenas reconhecer as reais dificuldades vivenciadas por essas famílias, é essencial transcender a concepção de “receitas científicas prontas”, reconhecer e respeitar a divergência de valores, cultura e experiências. A vivência compartilhada tem levado a mudanças de mentalidades e comportamentais, solidificando novos saberes com bases nos conhecimentos individuais que cada uma tinha anteriormente, mais que integrados originam novos “olhares” e “sentimentos” construídos dentro do grupo, com reflexos em seu entorno. O Projeto Mulheres em Superação trabalha sem hierarquização de saberes, sem intenção de transmitir conhecimentos e sim de integrá-los, construindo novos saberes, promovendo conciliações, ressignificando valores e reconstruindo projetos de vida.

Betini G., Souza, S. Z. S. (2010) The transdisciplinarity as an alternative in the process of social reintegration. *Revista de Psicologia da UNESP 10(1)*, 184-194.

Abstract: *The present article aims to examine the social and subjective aspects of the family during a prison and the egress prison in front of freedom. The questions from mediating as family difficulties in dealing with this new reality (who is arrested) and the process of social reintegration of this person. The long-awaited freedom brings with it the difficulty of adaptation, the effects of Prisionalization, lack of opportunities to join any labor market, the fear of criminal recidivism, helplessness facing the new social and anxiety when dealing with the stigma of former prisoners. Project Women in overcoming based on theoretical methodology of transdisciplinarity is appointed as a chance to rebuild the life project founded on the alterity, solidarity and reconciliation.*

Key Words: *Egress Prison; Prisionalization; Social Reintegration; Transdisciplinarity.*

REFERÊNCIAS

Assis, S.G; Avanci, J.Q (2009). É Possível Prevenir a violência? Refletindo sobre risco, proteção, prevenção e promoção de Saúde. In Kathie, N. (org)... [et Al] *Impacto da Violência na Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fio cruz, 79-104.

Baratta, A. (2009) *Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado*. Tradução Escola Penitenciária/DEPEN. Acessado em 21 de maio 2009 do <http://www.eap.sp.gov.br>.

Brasil. (1984) Lei de Execução Penal. Lei 7210 de 11 de julho de 1984.

_____. (2004) Ministério da Justiça. ILANUD. *Avaliação do atendimento à população egressa do sistema penitenciário do Estado de São Paulo*. Brasília.

Braga, A.G.M.; Bretan, M.E.A.N. (2008) Teoria e prática da reintegração social: o relato de um trabalho crítico no âmbito da execução penal. In Sá A.A.; Secharia, S.S. (Orgs.). *Criminologia e os problemas da atualidade*. São Paulo: Atlas, 255 – 275.

Buss, P. M. (2000) *Promoção da Saúde e qualidade de vida. Ciência e Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, 5(1), 163-178.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes

Mendes, L. (2009) Liberdade, essa ilusão. Os meios de comunicação nada sabem sobre o presidiário. Acessado em 08 de agosto de 2009 do <http://revistatrip.uol.com.br/revista/colunas/liberdade-essa-ilusao.html>

Poltoosi, R. (2009) A transdisciplinariedade no ensino da museologia. Acessado em 15 de jun de 2009 do http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=6515.

SÁ, A.A. (1998) *Prisionização: um dilema para o cárcere e um desafio para a comunidade*. Revista Brasileira de Ciências Criminais, 6(21), 17-123.

_____. (2007) *Criminologia clínica e psicologia criminal*. São Paulo: Editora RT Revista dos Tribunais.

_____. (2009) *Algumas ponderações acerca da reintegração social dos condenados à pena privativa de liberdade*. Acessado em 23 de maio de 2009 do <http://www.eap.sp.gov.br>.

Trombeta, L. H.; Guzzo, R.S. L. (2002) *Enfrentando o cotidiano adverso: estudo sobre Resiliência em Adolescentes*. Campinas, SP: Alínea.

Yunes, M. A. M. *Resiliência e Educação*. (2001) São Paulo: Cortez.

Vasconcelos, E. (2004). *O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua estória, teorias e estratégias*. Rio de Janeiro: Paulus.

Recebido em: 23 de março de 2011

Aprovado em: 25 de julho de 2011